

A hora da Amazônia

Tecnologia e conservação deveriam nortear um novo modelo para desenvolver a região que ocupa metade do Brasil

O DESMATAMENTO da Amazônia, além de estar no fulcro da imagem brasileira no exterior, desperta repúdio generalizado na opinião pública nacional. Após cinco séculos de crescimento com dilapidação de capital natural, o país enfim se dá conta de que seu futuro depende de uma guinada na marcha sobre a floresta, "a ferro e fogo".

O desafio está não tanto em conciliar desenvolvimento com preservação ambiental, dicotomia ultrapassada, mas em casar sustentabilidade com tecnologia. Assim será possível reverter em benefício da população amazônica e do país, hoje e para futuras gerações, a exploração de um dos maiores acervos de recursos naturais estratégicos.

A virtual unanimidade em favor de preservar os mais de 80% de floresta amazônica remanescente, contudo, não implica clareza sobre os meios de realizar o objetivo. Cabe ao governo federal arbitrar os interesses em jogo. Com o momento adquirido pela questão amazônica, é hora de formular uma política ousada para a região que cobre mais da metade do Brasil.

Começa a esboçar-se algo próximo de um consenso quanto às linhas gerais de um programa que não se reduza a uma lista de obras. O primeiro obstáculo a superar é a reticência do presidente Lula em assumir um compromisso concreto com a progressiva redução do desmatamento.

Só uma tal meta de Estado, vinculada a prazo definido, porá termo à ambigüidade da política ambiental. Seria factível estabilizar a taxa de desmatamento, até 2015, no patamar máximo de 10 mil km² anuais, próximo do que se obteve em 2007. Além disso, investir cerca de R\$ 1,5 bilhão anual para recuperar 150 mil km² em dez anos.

A soma é alta, mas compatível com a capacidade de financiamento do Estado brasileiro. Bas-

ta mencionar que a cada ano valores similares são lançados em multas ambientais nunca arrecadadas. Caberia priorizar sua cobrança, focalizando as de maior valor e potencial para produzir efeitos demonstrativos.

O nó górdio da destruição reside na questão fundiária. Apenas 4% das terras na região são áreas privadas com títulos validados; outros 43% correspondem a unidades de conservação e terras indígenas. Do restante, 1 milhão de km² (21% do total) são áreas supostamente públicas, as quais urge mapear e inscrever no patrimônio da União.

Há ainda 1,6 milhão de km² (32%) de terras alegadamente privadas. Estima-se que um terço — 420 mil km², o equivalente a meio Mato Grosso — seja de poses ilegais. O governo federal de-

veria regularizá-las, mas só até o limite de 500 hectares e contra pagamento, para não premiar a grilagem.

O zoneamento ecológico-econômico constitui ferramenta importante para disciplinar o uso da terra, mas é ilusório aguardar que abranja os 5 milhões de km² da Amazônia Legal. Cumpre priorizar regiões onde avança a fronteira agrícola. Como princípio geral, impõe-se circunscrever a agricultura intensiva e a pecuária às áreas já desmatadas.

Do governo federal se exige ainda que aprofunde o uso do crédito como alavanca para forçar o cumprimento de mínimos padrões fundiários, ambientais e trabalhistas. Não faltam fontes como fundos constitu-

cionais para fomentar atividades de extrativismo de baixo impacto. É urgente financiar mais estudos para conceder a exploração de florestas públicas à iniciativa privada.

A revolução amazônica dependerá também de forte influxo de conhecimento. O governo deveria encampar a proposta da Academia Brasileira de Ciências de investir R\$ 30 bilhões até 2018 em pesquisa aplicada na região. O objetivo seria criar cadeias produtivas de alta tecnologia e elevado valor agregado, capazes de atrair capital privado.

O modelo de desenvolvimento para o trópico florestal ainda está por ser inventado. Mais que um fardo, isso representa para o país uma grande oportunidade.

MEDIDAS PRIORITÁRIAS



Desmatamento
 >> Estabilizar a taxa anual de desmate abaixo de 10 mil km² até 2015

>> Investir R\$ 1,5 bilhão/ano até 2018 para recuperar 150 mil km² de áreas degradadas

>> Cobrar as multas ambientais mais altas, com efeito demonstrativo



Questão fundiária
 >> Discriminar, arrecadar e homologar terras públicas como patrimônio da União

>> Regularizar posses de até 500 hectares, contra pagamento



Zoneamento agrícola
 >> Priorizar regiões de desmate acentuado, e não a Amazônia como um todo

>> Limitar agropecuária às áreas já alteradas



Crédito
 >> Estender exigência de regularidade fundiária e ambiental a toda a Amazônia

>> Financiar estudos para concessões privadas de florestas públicas



Tecnologia e inovação
 >> Investir R\$ 30 bi até 2018 em pesquisa aplicada

>> Desenvolver arranjos produtivos que atraiam capitais privados